

DANÇA, EDUCAÇÃO FÍSICA E HETERONORMATIVIDADE: ENQUADRAMENTOS CORPORAIS E SUBVERSÕES PERFORMATIVAS

*DANCE, PHYSICAL EDUCATION AND HETERONORMATIVITY: BODY
FRAMES E PERFORMATIVE SUBVERSIONS* 

*DANSE, ÉDUCATION PHYSIQUE ET HÉTÉRONORMATIVITÉ: CADRES
CORPORELS ET SUBVERSIONS PERFORMATIVES* 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.124843>

 **Vitor Hugo Marani*** <vitor.marani@ufmt.br>

*Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia. Barra do Garças, MT, Brasil.

Resumo: Neste estudo procurei (re)conhecer, por meio de narrativa autoetnográfica, como gênero e sexualidade foram experienciados em meio a relações de poder na dança, atentando-me ao modo como desafiavam a heteronormatividade no contexto escolar. Por meio desse exercício autorreflexivo, busquei produzir linhas de histórias que resultaram na organização de análises voltadas aos enquadramentos corporais heteronormativos e às subversões performativas, o que contribuiu para análises acerca das relações de poder que operam na materialização do corpo, ora a partir da reiteração, ora a partir da subversão normativa.

Palavras-chave: Corpo. Homossexualidade. Gênero. Sexualidade.

Recebido em: 14 jun. 2022
Aprovado em: 22 out. 2022
Publicado em: 27 dez. 2022



Este é um artigo publicado sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

1 INTRODUÇÃO¹

Desde o primeiro momento em que eu me identifiquei como um menino/homem que dançava, como bailarino em um festival artístico da escola em que estudava, me recorro de inúmeras experiências em dança que atravessaram o contexto escolar e que me conduziram a outros espaços (aulas em academias, workshops e participação em grupos de dança). Essas experiências faziam com que meu corpo fosse palco de intensas disputas e enquadramentos sociais que insistiam em me marcar, parafraseando Butler (2018), como um problema de gênero. Por borrar fronteiras de gênero a partir da recusa a práticas associadas ao masculino rumo a práticas corporais lidas como femininas, meu corpo confrontava um sistema altamente regulado (BUTLER, 2018).

Como um insulto às normas, meu corpo era combatido por aqueles(as) que defendiam certas molduras/enquadramentos - usando a metáfora de Butler (2015) - do sexo, do gênero e do desejo, baseadas em limites discursivos rígidos que deveriam, por mim, serem (in)corporados e (re)produzidos. Esses limites, para Butler (2018), são efeitos de relações de poder que sustentam a matriz heterossexual, responsável por regular sujeitos e produzi-los a partir de marcações hierárquicas de gênero e de sexualidade. Essa matriz, nomeada por Butler (2018) de heteronormatividade, é um dispositivo de poder que instaura a sexualidade hétero (o desejo pelo gênero oposto) como expressão natural dos seres humanos, logo, como correta e normal. É a partir desse mecanismo, segundo a autora, que gênero é reiterado em sua produção binária, produzido em expressões distintas e opostas por meio de processos que sustentam a heterossexualidade, o que instaura riscos aos sujeitos que a questionam (BUTLER, 2018).

A partir das contribuições da filósofa estadunidense, passei a entender que meu corpo, ao deslocar as fronteiras de gênero na dança por não acatar práticas sociais destinadas aos corpos sexuados como masculinos, também atuava de modo a (des)fazer a heteronormatividade, mesmo que em partes. Ao não me identificar com as manifestações destinadas a meninos que, no sistema binário, colocam-se em oposição ao feminino, deixava em risco a produção "natural" da linearidade entre sexo, gênero e desejo. Digo isso pois, desde o século XIX, relações de gênero e de sexualidade na dança são materializadas como problemáticas na sociedade contemporânea ocidental, dado o questionamento do lugar do homem nessa manifestação corporal, em especial, nas manifestações de dança cênica que, a partir da revolução industrial, posicionaram o homem como inferior nesse cenário (HANNA, 1999; BURT, 2007).

Especificamente, no Brasil, as relações entre corpo, dança e Educação Física, embora sejam produzidas com intensidade na produção acadêmica e na intervenção profissional na década de 1990, fazem-se presentes desde o final do século XIX, desenvolvendo-se de diferentes maneiras no século XX (BRASILEIRO,

¹ Este artigo é um desdobramento de: MARANI, Vitor Hugo. **Corpo, dança e educação física: experiências subversivas de gênero e sexualidade?** 2021. 225f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

2008, 2009; SBORQUIA, 2002). O início do século XX, como apontou Brasileiro (2008), foi um período em que, a partir dos métodos ginásticos, a dança passou a aparecer como apêndice da ginástica - que ora se denomina Educação Física - nas escolas brasileiras. Longe de ser um conhecimento autônomo, a dança era incluída em atividades que reforçavam noções de feminilidade, ao passo que, aos homens, como explicou Chaves (2019), eram ensinados exercícios viris, voltados à produção de um corpo militar, o que (re)afirmava noções de masculinidade, o que, segundo Soares (1994), privilegiava aspectos forjados como naturais do corpo humano.

A eleição desses conhecimentos para a constituição da Educação Física fez com que produções de certos sujeitos - logo, de certos corpos - fossem reguladas à medida que representações e subjetividades eram materializadas na cultura física (GOELLNER, 1992). Quer dizer, ao passo que a Educação Física ia se fazendo como disciplina, desde o início do século XX no contexto brasileiro, notadamente ancorada nos pressupostos da biologia, fábulas do corpo foram sendo instituídas, assentadas, incorporadas e (re)produzidas por professores(as) e estudantes. Tais fábulas, à medida que circulavam pela escola e a transcendiam, contribuíram para a construção de regimes de verdade que marcaram o corpo, fazendo com que, ainda na atualidade, limites discursivos sejam assinalados para responder quais corpos pesam/importam, para citar Butler (2019).

Diante dessas relações problemáticas, entendo, a partir das contribuições de Gard (2001), que a dança não implica uma prática individual, mas uma política de gênero e de sexualidade da sociedade ocidental, na qual negociações relacionadas a essas categorias podem ser identificadas, analisadas e, talvez, desafiadas, como argumentam Andrews e Silk (2015). Foi no intuito de desafiá-las que me engajei com leituras pós-estruturalistas, notadamente, a partir do diálogo com Judith Butler (BUTLER, 2015, 2018, 2019), para (re)pensar o gênero como efeito discursivo que intenta produzir uma identidade estável e primária, o que corrobora a sustentação de uma dada naturalidade de atos.

Tomei, para tanto, as contribuições de Butler (2018, 2019) para pensar o gênero como performativamente constituído, como efeito de práticas reguladoras que buscam uniformizar identidades para o atendimento da heteronormatividade (BUTLER, 2018). Da leitura de gênero como performativo, Butler (2018) afirma que essa categoria é sustentada por atos e gestos, materializados na superfície do corpo. É por estar na superfície que seu sentido é resultado de fabricações discursivamente instituídas, citadas e reiteradas historicamente, o que produz a ideia de uma essência anterior ao sujeito ou pré-discursiva (BUTLER, 2018). Como estilização repetida do corpo, o gênero é investido de narrativas que buscam enquadrar efeitos masculinos e femininos, em meio a discursos que histórica, social e culturalmente façam sentido a essas oposições.

Performativamente, as oposições contribuem para materializar a cultura física de modo binário, encaixando determinadas expressões para corpos interpretados como masculinos e/ou femininos. Como efeito, experiências e subjetividades vão sendo cristalizadas, produzindo injustiças sociais que atravessam a miríade de expressões da cultura física (SILK; ANDREWS; THORPE, 2017). Logo, relações

de poder que atravessam a dança podem servir de aporte para identificar, analisar e intervir socialmente de modo a questionar relações problemáticas entre dança, masculino e heteronormatividade, dadas as fronteiras discursivas que são demarcadas aí. Nesse sentido, meus esforços foram direcionados para compreender inquietações que atravessaram e, ainda, atravessam o meu corpo - branco, homem, cisgênero, homossexual, sem deficiência, dançarino, professor e pesquisador - que, de modo político, tornam visíveis negociações identitárias de sujeitos que estão posicionados fora da heteronormatividade e que, cotidianamente, são posicionados à margem social.

Por isso meu interesse em investigar minhas experiências corporais a partir das operações de poder que atravessam gênero e sexualidade na dança. A produção dessa sensibilidade ocorreu, notoriamente, por meio das pesquisas realizadas nos Estudos Culturais Físicos, formação acadêmica que engloba uma comunidade diversificada preocupada em investigar as relações entre corpo, cultura física e poder (ANDREWS, 2008; SILK; ANDREWS, 2011; SILK; ANDREWS; THORPE, 2017). Nesse sentido, procurei responder ao seguinte objetivo: (re)conhecer por meio de narrativa autoetnográfica como gênero e sexualidade foram experienciados em meio a relações de poder na dança, atentando-me ao modo como desafiavam a heteronormatividade no contexto escolar. Com isso, espero contribuir com campo de pesquisa voltado às relações entre corpo, dança e educação, com atenção aos atravessamentos de gênero e sexualidade que emergem desse cenário, o que pode contribuir para uma (re)construção histórica a partir de narrativas descentralizadas e que apontem para as materialidades das disputas de poder.

2 METODOLOGIA

Inspirado por leituras feministas dos Estudos Culturais Físicos (THORPE; BARBOUR; BRUCE, 2011; OLIVE, 2017; THORPE; MARFELL, 2019; RAY, 2019), procurei me opor à singularidade e à suposição positivista de verdade, (re)criando maneiras distintas para a consecução de uma escrita acadêmica resistente (PAVLIDIS, 2013). Desse modo, a autoetnografia (SPRY, 2001, 2010) foi eleita para a visualização das relações de poder e para potencializar experiências no interior da dança. Com isso, elementos autoetnográficos possibilitaram-me revisitar minhas experiências com dança, possibilitando-me (re)significar aspectos anteriormente inexplorados das relações entre gênero, sexualidade e dança, com autoridade narrativa para desafiar estruturas de poder (MARKULA; SILK, 2011; MARKULA; DENISON, 2005).

Ao fazer isso, voltei-me às injustiças sociais produzidas pelos enquadramentos de gênero e de sexualidade na dança, ressaltando vantagens e/ou desvantagens, habilitações e/ou restrições (SILK; ANDREWS; THORPE, 2017), localizando meu corpo como nexos epistemológico sobre o qual o processo de pesquisa se volta (SPRY, 2001, 2010). Além disso, procurei me engajar com minhas narrativas de modo a entender criticamente a dança, considerando-a como o local no qual divisões sociais são encenadas, experienciadas e, às vezes, contestadas (ANDREWS; SILK, 2015). Logo, a partir das contribuições de Andrews e Silk (2015), assumi o compromisso qualitativo e político de analisar materialidades pedagógicas na dança, a partir do

entendimento de como marcadores hierárquicos corroboravam o aceite/interdição de corpos na Educação Física.

Desse modo, busquei (re)memorar minhas trajetórias na dança, em especial, a partir de experiências em que gênero e sexualidade haviam sido acionados na escola e, de modo específico, nas aulas de Educação Física. Para tanto, os pressupostos da pesquisa narrativa (CLANDININ; CONNELLY, 2000) contribuíram para me posicionar como protagonista investigativo. Tomei, assim, minhas experiências como pontos de partida para iluminar modos como negociações de gênero e sexualidade em minha trajetória, acrescida de minha identidade como homem e homossexual. Como resultado desses processos autorreflexivos, linhas de histórias foram sendo produzidas a partir de uma organização coerente e atenta ao todo investigativo, como indicaram Markula e Denison (2005), o que resultou na organização de dois tópicos de análise: enquadramentos corporais heteronormativos: dança, corpo e Educação Física, e frestas normativas de gênero e sexualidade na dança: subversões performativas, ampliações pedagógicas.

3 DOS ENQUADRAMENTOS CORPORAIS: DANÇA, EDUCAÇÃO E HETERONORMATIVIDADE

Como filho de um atleta de futsal, tive a infância marcada por práticas corporais permissíveis e que presumiam um dado efeito de gênero, qual seja, o masculino: desde tarefas simples até os exercícios físicos. Qualquer elemento que remetesse à transgressão de gênero e de sexualidade seria passível de confisco, como aconteceu com o meu giz de cera cor de rosa que, segundo minha mãe, eu utilizava demais. Recordo-me de diversos artefatos – produtores da noção de *masculino* – que faziam parte da nossa casa, quase como um lembrete de como eu deveria me *fazer* como homem: chuteiras, bolas esportivas, uniformes, partidas de futsal na televisão, fotos de equipes e jogos, entre outros. Eram esses artefatos esportivos, como explora Ray (2019), que intencionalmente (ou não) opunham-se a outros, fazendo com que meu gênero fosse regulado e normalizado de acordo com a matriz heterossexual e com as *fábulas* acerca do masculino e do feminino, no dizer de Butler (2018).

Dessas oposições, quaisquer atos ou estilos corporais que não sustentassem a noção de gênero *masculino*, a partir do modo como deveriam ser citados e reiterados, eram prontamente excluídos de qualquer cena imaginável. Com isso, investimentos sobre meu corpo eram produzidos de modo a (re)lembrar e a (re)afirmar modelos arquetípicos de gênero a serem corporificados em minhas ações. Entretanto, essa constatação não indica que, a rigor, a norma fosse cumprida incansavelmente, pois é justamente em sua repetição – dado o processo de iterabilidade normativa – que brechas são formadas para que outras expressões sejam possíveis. Em casa, por exemplo, essas brechas eram formadas em frestas com amigos(as), quando apertávamos o *play* e dançávamos inúmeras músicas na sala ou no quintal. Fora essas experiências, não me recordo do trânsito permissível a outros espaços em que a dança pudesse ser uma prática corporal possível.

Em oposição à dança, meu corpo também era enquadrado em normas, em especial, a partir de práticas que simbolizavam expectativas de gênero. Quando criança, fui matriculado em aulas de futsal e de judô, práticas que – de acordo com o modo que eram geridas – atuavam na materialização do gênero em seu modo *assertivo*, o que reforçava em meu corpo a necessidade de acertar o alvo *masculino*, logo, de reconhecer os riscos de enfrentar as transgressões fronteiriças. Dessas tentativas de me encaixar nas normas, em parte “frustradas”, recordo-me das fissuras normativas, as quais serviram, para mim, como possibilidade de contestação e (re) invenção do gênero.

Naquele momento, mais próximo de um enquadramento do que de proliferações parodísticas, recordo-me dos ensaios de dança alemã que ocorriam no pátio do local onde as aulas de futsal e de judô ocorriam. As músicas, as vestimentas e as gestualidades, de algum modo, seduziam-me, porém, as normas operavam em mim, fazendo com que meu desejo fosse posto como *errado*, tomado por mim como um *problema*. Com essas experiências, fui entendendo que o melhor a fazer era não me *arriscar*, embora, hoje, visualize que o meu corpo, reconhecido em seu sentido fronteiriço, já era materializado na dimensão do risco. Digo isso pois, diferentemente do que alguns/algumas pensam, existir como sujeito que borra, de algum modo, os limites discursivos do gênero e da sexualidade, como lembrou Butler (2019), significa enfrentar desafios, disputas e negociações constantes. A visualização da dança como uma expressão da cultura física distante do meu corpo, dada as condições de gênero e do risco da construção de uma sexualidade *arriscada*, acontecia, de igual modo, na minha trajetória escolar.

De modo sistematizado, a dança não ocupava local pedagógico em minha formação, especialmente, nas aulas de Educação Física. Nesse aspecto, entendo que uma das possibilidades que incidiram nessa construção curricular, dados os regulamentos já construídos acerca da dança, relacionava-se à organização institucional da escola em que eu estudava: um colégio confessional católico. Mesmo que na escola em que estudei houvesse possibilidades de transitar por terrenos artísticos, como o teatro e o canto, no contra turno, havia aulas de ginástica e de dança, exclusivamente para as meninas, e aulas de futebol e futsal, exclusivamente para os meninos. Quer dizer, a própria configuração extracurricular (mas não somente) tinha em seus objetivos a intenção de uma produção identitária, fazendo com que a formação de sujeitos atendesse ao interesse que regula a heterossexualidade, dadas as oposições binárias de gênero – masculino e feminino.

Ao tomar os discursos que materializavam a ginástica e a dança como práticas *femininas* e o futebol/futsal como práticas *masculinas*, a escola criou condições de manutenção de gêneros inteligíveis. Esses gêneros, como afirma Butler (2018, p. 43), “[...] são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo [...]”, fazendo com que linearidades entre o corpo, as práticas corporais e o desejo heterossexual fossem confeccionados e investidos como corretos. Com isso, argumento que a inexistência da dança na escola foi atravessada pelo fato de que professores(as) entendiam que o seu trato pedagógico poderia ocasionar rupturas normativas, as

quais podem ser visualizadas como riscos potenciais à sustentação de modelos orientados pelo paradigma biofisiológico do corpo humano, em especial, quando pensadas as produções do corpo masculino e feminino, a partir da “natureza” humana, responsáveis pela normatização da heterossexualidade.

São as oposições que produzem as compreensões de gênero da maneira como as reconhecemos. Desse modo, explica Butler (2018), torna-se necessário recusar definições que posicionem o gênero para a cultura e o sexo para a natureza, pois, segundo a autora, esse entendimento reafirma dicotomias ontológicas, o que “[...] sustenta, invariavelmente, relações de subordinação e hierarquia políticas e psíquicas” (BUTLER, 2018, p. 35). Decorrem dessa ideia, para Butler (2018), inúmeras associações culturais que, historicamente, relacionaram a “mente” à masculinidade e o “corpo” à feminilidade. Daí seu argumento de que é necessário repensar tais distinções, pois elas contribuem para produzir, manter e racionalizar hierarquias de gênero que se estabelecem em discursos heteronormativos.

Assim, o trato desse conteúdo em aulas acena para formas de exposição do corpo e de seus limites e diferenças, bem como para possibilidades de problematizar questões de gênero e sexualidade, o que ameaça a originalidade de tais categorias. Por isso, afastar-se da dança é, para muitos(as) professores(as), libertar-se de problemas, pois, como sugere Risner (2007), ao investigar os desafios que a dança promove aos códigos masculinos, o ensino da referida manifestação corporal para meninos desorganiza a (re)produção de gêneros normativos. Essa perspectiva pode ser identificada em produções que, em linhas gerais, engendram a ideia de que os estereótipos da dança são repletos de elementos ligados à homossexualidade, o que faz com que alguns meninos se afastem dessa manifestação e, outros, se aproximem, dado o acolhimento à diferença (HANNA, 1999). Entretanto, ao advogarem nessa perspectiva, acabam reforçando a homossexualidade como elemento que precisa ser combatido, reforçando normas de gênero e de sexualidade operando na normatização de corpos, inclusive, em suas experiências dançantes.

Nessa perspectiva, compreendo que o investimento discursivo das oposições entre esporte e dança, por vezes materializadas na Educação Física, operou para que as dicotomias de gênero, amparadas por discursos de um sexo biológico, fossem reforçadas e sustentadas no cenário escolar. Assim, ao generificar tais práticas, a partir de corpos de meninos e de meninas, produzindo-os de diferentes formas em suas ações, professores e professoras de Educação Física passavam a reforçar esses discursos, como discute Hickey (2008). Esse reforço era composto por diversos enunciados, os quais acentuavam a linearidade entre macho, masculino, esporte e heterossexualidade e, de modo oposto, entre fêmea, feminina, dança e heterossexualidade. Corpos que não se encaixassem nessa esteira deveriam, então, ser combatidos, fazendo com que defensores(as) da norma fossem impulsionados(as) pelo cumprimento normativo.

Hickey (2008) descreve que a produção de identidades de gênero é calibrada a partir das experiências projetadas pelos nossos corpos. Na Educação Física, por exemplo, isso ocorre por meio das experiências corporais, em especial, quando o conteúdo esporte é posicionado como hegemônico nas aulas. De acordo com o

autor, o esporte produz definições sociais de gênero e, por isso, o desempenho de uma pessoa, como explica, “[...] no esporte e na educação física tornam-se locais poderosos para distribuir o tipo de capital de gênero que determinará quem é um homem de verdade e quem não é!” (HICKEY, 2008, p. 156), o que contribuiu para fazer circular discursos que operaram a partir da lógica binária e reprodutora da matriz heterossexual. Resultado desse processo, o autor alerta que estudantes aprendem e passam a reconhecer códigos masculinos e femininos, compreendidos nos limites da heterossexualidade, para que sejam aceitos(as) na educação e na escola (CLARKE, 2002).

No meu caso, as aulas de Educação Física atuavam como espaços de produções binárias e dicotômicas, fazendo com que corpos sexuados fossem enquadrados nas normas de gênero inteligível, a partir do ensino e aprendizagem de determinadas práticas. Em oposição à dança, o esporte emergia como mecanismo regulador para que nos enquadrássemos. Como ato parodístico, seguindo as contribuições de Butler (2018), lembro-me do apreço pelo jogo de voleibol com as meninas, fazendo com que as convenções de gênero, a partir daquela prática, fossem, no mínimo, questionadas a partir da minha existência naquele espaço. Meu corpo, naquela lógica, era acionado como um “problema”, porque atuava de modo a contestar as fronteiras do gênero, fazendo com que a denúncia de sua artificialidade estivesse sendo visualizada por aqueles(as) que me viam jogar com as meninas.

Aproprio-me do pensamento de Butler (2018) ao afirmar que o “[...] poder não pode ser retirado nem recusado, mas somente deslocado” (p. 215). Com isso, a autora apresenta a ideia de que é necessário compreender o “[...] deslocamento paroxístico e subversivo do poder ao invés da fantasia impossível de sua completa transcendência” (p. 215). Daí, interpreto a norma do esporte, a qual dissipou uma dada concepção de masculino, como investida de poder que nem pode ser refutado e sequer ser recusado. Por isso, as aulas de Educação Física, a partir das contribuições de Butler (2018), podem ser reconhecidas como um lugar de competição e manifestação parodísticas que atribuem à “[...] heterossexualidade compulsória sua afirmação de naturalidade e originalidade” (p. 216). Meninos no vôlei e meninas no futsal, por exemplo, podem ser materialidades tomadas como parodísticas que, dependendo como são produzidos, questionam a origem e a natureza do esporte, logo, do gênero e do sexo.

Como efeito das relações de poder que me produziam como sujeito naquele espaço não havia outras possibilidades ou referências que fossem produtoras de outros discursos de gênero e de sexualidade. Nessa direção, embora resistências fossem materializadas, a partir de microacontecimento, como relatei, aquelas experiências não eram suficientes para que esses atos reverberassem de modo a romper com as fábulas de gênero, as quais dispõem as permissões sobre práticas masculinas e femininas. Talvez essa lógica seja, para muitos(as), intensificada na escola, como descreveu Bento (2011, p. 549), ao discutir que é no espaço escolar que “[...] se aprende que a diferença faz a diferença [...]”, em especial, ao problematizar os modos pelos quais a escola, como instituição social, lida “[...] com os sujeitos que fogem às normas de gênero” (p. 549). E afirmo que comigo não foi diferente. De modo

complementar, argumento, a partir da ideia de Louro (2014), que são nas aulas em que o corpo, a partir dos modos como se movimenta e gestualmente é interpretado, posicionado na cena como protagonista, que tais diferenças são (re)produzidas e ressaltadas. Reside nessa exposição corpórea a produção de atos de violência com aqueles(as) que não se conformam às normas, em especial, às normas de gênero e de sexualidade, como vivi em muitos casos.

4 FENDAS NORMATIVAS DE GÊNERO/SEXUALIDADE NA DANÇA: SUBVERSÕES PERFORMATIVAS, AMPLIAÇÕES PEDAGÓGICAS

Foi somente a partir da mudança de escola (não mais de ordem religiosa) que pude vislumbrar possibilidades amplas de experienciar o corpo, embora tais experiências ainda fossem construídas no terreno extracurricular. Essa mudança de contexto pode ser interpretada como necessária para a superação de elementos tradicionais que compunham a escola que frequentava anteriormente, fazendo com que meu corpo pudesse vivenciar a dança. Foi a partir das experiências festivas no colégio que meu contato inicial com a dança foi materializado, em especial, a partir de mostras culturais em que produções cênicas dos(as) estudantes eram valorizadas, potencializadas a partir de grandes celebrações. Nessa fresta normativa, pude vislumbrar espaços para que meu corpo fosse potencializado em experiências sensíveis à arte, (re)formulando e potencializando a transgressão das fronteiras de gênero.

O festival era um evento que envolvia toda a escola e despertava o interesse dos(as) estudantes para a dança, para o canto e para o teatro. Como objetivo, nossos esforços eram direcionados à elaboração de performances que seriam julgadas por uma comissão técnica e artística, o que fazia com que, para a plateia, o festival fosse um espetáculo e, para nós, uma competição. A minha participação deu-se por dois (intensos) anos, atuando como dançarino em duas coreografias de dança de salão, bem como em performances teatrais. Tais ações faziam com que meses de ensaios fossem realizados, o que aproximava cada estudante da manifestação escolhida para a apresentação. Fruto desse processo, em 2007, passei a integrar o grupo de dança de salão do professor responsável por ensaiar minha equipe, o que contribuiu para a minha aproximação com a dança, embora não realizada diretamente no contexto escolar.

É nesses espaços de repetição da norma que existem pontos férteis para o rompimento, logo, para a criação de outras materialidades e existências. Assim, minhas experiências nas festas escolares direcionaram-me para as manifestações dançantes, contribuindo para que eu pudesse me construir identitariamente a partir de uma aparição pública por meio de produções estéticas coreográficas. Destaco que tais espaços foram fundamentais para que a dança pudesse ser apresentada e/ou reforçada como manifestação corporal possível, dadas as condições sociais que impulsionam o afastamento de meninos/homens dessa prática social no cenário escolar brasileiro. No diálogo com Butler (2018), passei a me atentar às fendas como espaços profícuos para o questionamento das normas sociais, notoriamente, àquelas relacionadas ao gênero e à sexualidade.

Embora assinale as contribuições das fendas normativas, esses espaços sinalizam negociações de gênero e de sexualidade. No meu caso, após o período de apresentações nesses festivais, era muito comum receber diversos elogios em relação à forma como eu dançava. Especificamente por parte dos meninos, aquelas experiências corporais no palco eram tomadas como motivo que me posicionava como inferior. Meu corpo, diferente dos outros meninos que dançavam, transmitia algo para além da dança; era estampado por uma outra leitura (talvez, acerca da sexualidade), a qual borrava as expectativas sociais que, a partir da norma, precisavam ser reiteradas. Para Butler (2018), gênero e sexualidade são materializados em nossa superfície (corpórea) que os denunciam como forma e não como conteúdo. Isso quer dizer que não há um núcleo definidor do gênero ou da sexualidade, pois ambos são produzidos na exterioridade, a partir da repetição das convenções que, como já explicado, precisam ser citadas – a partir de modelos anteriores – e reiteradas – a partir do modo como assumimos essas citações e as repetimos, incansavelmente.

A análise da produção de discursos que atravessavam processos de educação em dança para meninos foi objeto do trabalho de Lehtikoinen (2006). Em seu estudo, produzido na Finlândia, o autor afirmou que “[...] numa cultura masculinista, o estereótipo do dançarino como homossexual afeminado limitou a participação dos rapazes na dança” (LEHTIKOINEN, 2006, p. 15). Para o estudioso finlandês, isso ocorre porque existem práticas que reforçam a heterossexualidade como a única maneira aceitável de performatizar corpos masculinos, logo, qualquer masculinidade alternativa é negada. Esses tipos de práticas opressoras, segundo Lehtikoinen (2006), podem influenciar como homens que dançam constroem suas identidades e como eles se limitam a performatizá-la de modo a atingir padrões heteronormativos. É a partir dessa produção discursiva na dança, que valoriza e enaltece a heterossexualidade em detrimento da homossexualidade, que inúmeras experiências são produzidas, fazendo com que corpos sejam moldados de modo a atender a essa ordem do discurso, para lembrar Foucault (2011).

Logo, entendo que a minha forma de dançar importava mais do que o conteúdo em si. Meu corpo, em sua produção performativa, produzia sentidos diferentes à medida que meus atos, de modo público, eram lidos por aqueles(as) que me assistiam, de acordo com o modo como minha dança era materializada, o que fomentava a descontinuidade do gênero e da sexualidade. Essa constatação, reconhecida de igual modo nos relatos dos entrevistados, aponta na mesma direção da investigação realizada por Risner (2007) ao discutir os desafios sociais enfrentados por meninos que dançam no contexto britânico. Em sua pesquisa, o autor constata que as negociações de gênero na dança, para os jovens, são fruto da produção de discursos enviesados num entendimento universal do gênero, de justificativas sexistas relacionadas às manifestações corporais e de homofobia internalizada na dança. Daí seu entendimento de que a experiência de meninos na dança “[...] fornece um veículo importante para pesquisadores interessados em expor noções dominantes sobre masculinidade, gênero, privilégio, orientação sexual e corpo” (RISNER, 2007, p. 140).

A partir do entendimento dos mecanismos do poder, compreendi que o problema estava no modo pelo qual meu corpo movia-se na dança, a partir das formas como corporificava as normas de gênero e de sexualidade. Nesse sentido, busquei na dança de salão brasileira (como *zouk*, forró e samba de gafieira), cuja forma tradicional (re)produzia elementos da matriz heterossexual, modos para conformar meu corpo, encaixando-o nas expectativas sociais. A dança de salão, nesse sentido, contribuiria para que a forma estivesse mais próxima do gênero e da sexualidade “naturais”, dada a constituição dessas danças a partir da imagem de pares, especificamente, pares heterossexuais. Não que esse fosse meu interesse, mas parecia haver um impulso, de acordo com as normas, que exigia de mim a produção de uma gestualidade, naquele momento, que não rompesse as fronteiras de gênero/sexualidade. Ao contrário, meu corpo requeria uma gestualidade que, de certo modo, contribuía para reiterar a norma, a partir dos desenhos coreográficos que informavam como deveria agir.

Ao negociar gênero e sexualidade na dança de salão, acreditava ser possível materializar elementos que me livrassem dos dilemas anteriormente vividos, *escapando* das produções de violências geradas a partir do não atendimento às normas de gênero e de sexualidade. Segundo Butler (2018), esse é um mecanismo intensamente utilizado para que aqueles/as que não cumpram a heteronormatividade sejam fixados como transgressores que deturpam as linearidades do efeito de natureza humana. Logo, meu corpo era alvo dessas artimanhas do poder. Lembro-me que as falas direcionadas a mim, dadas as formas como me apresentava na dança, colocavam em dúvida tanto meu gênero quanto a minha sexualidade. Assim, essas mesmas normas – atuantes nas minhas experiências dançantes e nas dos outros – faziam com que eu lesse meu corpo como problema, reiterando minha materialidade discursiva como um erro.

Ao errar, já que não atendia às normas que se esperava que fossem cumpridas pelos sujeitos, meus atos desviavam-se dos anseios daqueles com os quais me relacionava. Ao não acertar o alvo do gênero e do desejo heterossexual constituído, segundo Butler (2018), em seus efeitos pré-discursivos, eu estava gerando desafios às normas que eram devidamente circunscritas e produzidas em relações históricas e sociais, fazendo com que sujeitos heterossexuais cumpridores das normas desejassem me colocar, a qualquer custo, nos enquadramentos sociais.

A partir das contribuições de Lehtikoinen (2006), entendo que para que a dança seja produzida como um local democrático é preciso que “[...] educadores reconheçam discursos opressivos do gênero-político e políticas de sexualidade na educação em dança façam algo para mudá-los” (LEHTIKOINEN, 2006, p. 15-16). Do panorama apresentado, é necessário recorrer a esforços que transcendam a dança, mas, busquem compreender como dimensões de gênero e de sexualidade são nela materializados. Com isso, defendo a necessidade de explorar performatividades de gênero que desafiem e resistam às expectativas sociais de enquadramento da sexualidade. Nessa leitura, as experiências relatadas nas narrativas forneceram subsídios para que denúncias fossem realizadas, sejam elas a partir do cumprimento das normas, sejam elas a partir das rupturas da sua (re)produção.

Argumento que essas narrativas podem servir de plataforma para que outros entendam o impacto da heteronormatividade na produção e na negociação de nossas expressões identitárias na dança, seja ela materializada na Educação Física e/ou além dela. Esse pode ser um caminho para que sujeitos contestem as divisões binárias presentes no cenário escolar, fazendo com que tais oposições não sejam (in)corporadas e reiteradas sem a contestação das relações de poder que atuam de modo a produzir certos corpos. Nessa perspectiva, compreendo que meu corpo, como efeito dos discursos de gênero e de sexualidade, produzia performatividades que, sob a lente teórica de Butler (2018, p. 242), eram materializadas a partir dos “gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos” que contribuíam para produzir tais categorias em suas descontinuidades, o que feria o “[...] interesse da construção e regulação heterossexuais da sexualidade” (p. 234). Essa matéria fazia com que o gênero fosse denunciado, a meu ver, como prática citacional – à medida que arquétipos de homens/mulheres eram referenciados – e como prática reiterativa, dada a necessidade de repetição, de modo exaustivo. Com isso, entendo que, como local de (re)produção social, a dança pode ser elemento essencial para o entendimento das diversas operações de poder, em especial, aquelas que investem no gênero e na sexualidade como marcas sociais que fornecem possibilidades de compreensão da sociedade, de modo mais amplo.

Com essas reflexões, pretendi chamar a atenção para o seguinte fato: quando práticas corporais são reproduzidas na lógica da binariedade de gênero, a partir dos destaques que reforçam produções de gênero dominantes, produzem corpos que atendem à norma da heterossexualidade, os quais agem como “[...] cúmplice de um dos pressupostos fundamentais da vida social contemporânea, que é o de que todos são heterossexuais até prova em contrário” (MISKOLCI, 2017, p. 14). Ainda, por meio das leituras de Andreoli (2011), entendo que a dança pode ser tomada como discurso atravessado por relações de poder, o que faz com que sentidos estejam, constantemente, sendo disputados, conquistados e reiterados. Acrescento a esse entendimento a ideia de que esses discursos estão sendo produzidos à medida que diversos corpos aparecem na dança, fazendo com que os enquadramentos de gênero e de sexualidade, nessa manifestação corporal, estejam sendo produzidos a partir de negociações constantes.

Por fim, as inúmeras situações em que gênero/sexualidade foram acionados para a composição de experiências na dança foram investidas por normas culturais e sociais que instituíram tais categorias como naturais. Ao serem concebidos como naturais, pré-discursivamente instituídos, gênero e sexualidade tornam-se cristalizados, como se não pudessem ser produzidos em direção oposta às normas. Daí esses relatos constituírem possibilidades de compreender como essas categorias são discursivamente estruturadas e, pela repetição, são (re)produzidas, como explicou Butler (2018), a partir do *efeito de naturalidade*. Com isso, visualizo as rupturas realizadas na e pela dança, a partir das posições ocupadas por meu corpo na educação e na Educação Física, como possibilidades de (re)invenção de gênero e de sexualidade, o que contribui para reiterar tais categorias como performativas (BUTLER, 2018). Assim, Lehtikoinen (2006) lembra o quanto é necessária a presença de educadores que “[...] educadores reconheçam discursos opressivos do gênero-

político e políticas de sexualidade na educação em dança façam algo para mudá-los” (LEHIKONEN, 2006, p. 15-16).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento das maneiras pelas quais gênero e sexualidade foram experienciados em meio a relações de poder na dança, notadamente, a partir dos desafios dessas relações à heteronormatividade no contexto escolar emergiu como elemento central do texto, por meio de narrativa autoetnográfica. De modo geral, as relações entre corpo, gênero e sexualidade apontaram para os modos como fronteiras inscritas no e pelo corpo atuavam no jogo de (re)produção e resistência das normas. Dessa interpretação, pude visualizar deslocamentos na produção corpórea que se situava em meio a essas fronteiras na Educação Física.

Minhas experiências corporais, refletidas a partir de Butler (2018), oportunizaram a visualização de proliferações parodísticas de gênero e sexualidade, pois, ao passo que não produzia a norma, conforme os imperativos produzidos por ela (exemplo: meninos não dançam), havia a denúncia de como a própria norma era (e é) um artifício que sustenta pressupostos da heteronormatividade. Compreendi que o investimento discursivo das oposições entre esporte e dança, por vezes materializadas na Educação Física, operaram para que as dicotomias de gênero, amparadas por discursos de um sexo biológico, fossem reforçadas e sustentadas no cenário escolar. Daí corpos que não se encaixassem nessa esteira deveriam, então, ser combatidos, fazendo com que defensores(as) da norma fossem impulsionados(as) pelo cumprimento normativo.

A exploração do meu relato pode auxiliar no (re)conhecimento das relações de poder dispostas na dança as quais (re)forçam os empreendimentos normativos que produzem o gênero em seu sentido natural. Torna-se, então, fundamental repensar distinções para que seja possível (re)materializar as relações entre corpo, dança e educação de modo mais democrático, questionando injustiças sociais que decorrem de hierarquias de gênero e de sexualidade que se estabelecem em discursos heteronormativos, colocando na margem corpos que não estão historicamente centralizados. Por fim, procurei tomar a dança como arena para a visualização do empoderamento físico e político, entendimento que, segundo Risner (2007), expõe estratégias de resistência à medida que narrativas são (re)escritas, compreendidas e contextualizadas, ora desafiadoras, ora reprodutoras das operações de poder.

REFERÊNCIAS

ANDREOLI, Giuliano Souza. Representações de masculinidade na dança contemporânea. **Movimento**, v. 17, n. 1, p. 159-175, mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.16175>

ANDREWS, David L. Kinesiology's inconvenient truth: the physical cultural studies imperative. **Quest**, v. 60, n. 1, p. 45-62, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/00336297.2008.10483568>

- ANDREWS, David L.; SILK, Michael L. Physical cultural studies on sport. In: GIULIANOTTI, Richard (ed.). **Routledge Handbook of the Sociology of Sport**. Londres: Routledge, 2015. p. 83-93.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>
- BRASILEIRO, Livia Tenorio. **Dança – educação física: (in)tensas relações**. 2009. 224f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2009.447116>
- BRASILEIRO, Livia Tenorio. O ensino da dança na educação física: formação e intervenção pedagógica em discussão. **Motriz**, v. 14, n. 4, p. 519-528, out./dez. 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/2140>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- BURT, Ramsay. **The male dancer: bodies, spectacle, sexualities**. 2. ed. Londres: Routledge, 2007.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CHAVES, Elisângela. O ensino de dança na educação física: prescrições históricas e escolarização. **Arquivos em Movimento**, v. 15, n. 2, p. 69-85, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/27837/pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. **Narrative inquiry: experience and story in qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000.
- CLARKE, Gill. Difference matters: sexuality and physical education. In: PENNEY, Dawn (ed.). **Gender and physical education**. London: Routledge, 2002. p 41-56.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- GARD, Michael. **Aesthetics, athletics and art: a study of men who dance**. 2001. 288f. Thesis (Doctor of Philosophy) – Faculty of Education, University of Wollongong, Wollongong, 2001. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/theses/1767/>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. **O método francês e a Educação Física no Brasil: da caserna a escola**. 1992. 215f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.
- HANNA, Judith L. **Dança, sexo e gênero: signos de identidade, dominação, desafio e desejo**. Rio de Janeiro, Rocco, 1999.
- HICKEY, Christopher. Physical education, sport and hyper-masculinity in schools. **Sport, Education And Society**, v. 13, n. 2, p. 147-161, maio 2008. <https://doi.org/10.1080/13573320801957061>
- LEHIKONEN, Kai. **Stepping queerly? Discourses in dance education for boys in late 20th-century Finland**. Oxford: Peter Lang, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARKULA, Pirkko; DENISON, Jin. Sport and the personal narrative. *In*: ANDREWS, David L.; MASON, Daniel S.; SILK, Michael L. (org.). **Qualitative methods in sports studies**. Oxford: Berg, 2005. p. 165-184.

MARKULA, Pirkko; SILK, Michael L. **Qualitative research for physical culture**. Londres: Palgrave Macmillan, 2011.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

OLIVE, Rebecca. The political imperative of feminism. *In*: SILK, Michael L.; ANDREWS, David L.; THORPE, Holly (Ed.). **Routledge Handbook of Physical Cultural Studies**. Londres: Routledge International Handbooks, 2017. p. 51-60.

PAVLIDIS, Adele. Writing Resistance in roller derby: making the case for auto/ethnographic writing in feminist leisure research. **Journal of Leisure Research**, v. 45, n. 5, p. 661-676, nov. 2013. <https://doi.org/10.18666/jlr-2013-v45-i5-4368>

RAY, John. The postqualitative turn in Physical Cultural Studies. **Leisure Sciences**, v. 41, n. 1-2, p. 91-107, fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/01490400.2018.1539681>

RISNER, Doug. Critical social issues in dance education research. *In*: BRESLER, Liora (ed.). **International Handbook of Research in Arts Education**. Dordrecht: Springer, 2007, p. 965- 984. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/226771132_Critical_Social_Issues_in_Dance_Education_Research. Acesso em: 21 jan. 2022.

SBORQUIA, Silvia Pavesi. **A dança no contexto da educação física**: os (des)encontros entre a formação e a atuação profissional. 2002. 199f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2002.

SILK, Michael L.; ANDREWS, David L. Toward a Physical Cultural Studies. **Sociology of Sport Journal**, v. 28, n. 1, p. 4-35, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1123/ssj.28.1.4>

SILK, Michael L.; ANDREWS, David L.; THORPE, Holly. Introduction. *In*: SILK, Michael L.; ANDREWS, David L.; THORPE, Holly (ed.). **Routledge Handbook of Physical Cultural Studies**. Londres: Routledge, 2017. p. 1-12.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física**: raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

SPRY, Tami L. Performing autoethnography: an embodied methodological praxis. **Qualitative inquiry**, v. 7, n. 6, p. 706-732, dez. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177/107780040100700605>

SPRY, Tami L. Some ethical considerations in preparing students for performative autoethnography. *In*: DENZIN, Norman K.; GIARDINA, Michael D. (org.). **Qualitative inquiry and human rights**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010. p. 158-170.

THORPE, Holly; BARBOUR, Karen; BRUCE, Toni. "Wandering and Wondering": theory and representation in feminist physical cultural studies. **Sociology of Sport Journal**, v. 28, n. 1, p. 106-134, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1123/ssj.28.1.106>

THORPE, Holly; MARFELL, Amy. Feminism and the Physical Cultural Studies assemblage: revisiting debates and imagining new directions. **Leisure Sciences**, v. 41, n. 1-2, p. 17-35, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/01490400.2018.1539684>

Abstract: In this study I tried to recognize, through an autoethnographic narrative, how gender and sexuality were experienced in the midst of power relations in dance, paying attention to the way they defied heteronormativity in the school context. Through this self-reflective exercise, I sought to produce story lines that resulted in the organization of analyzes aimed at heteronormative body frameworks and performative subversions, which contributed to analyzes about the power relations that operate in the materialization of the body, sometimes through reiteration, sometimes through normative subversion.

Keywords: Body. Homosexuality. Gender. Sexuality.

Résumé: Dans cette étude, j'ai essayé de (re) savoir, à travers un récit auto-ethnographique, comment le genre et la sexualité étaient vécus au milieu des relations de pouvoir en danse, en faisant attention à la façon dont ils défiaient l'hétéronormativité dans le contexte scolaire. A travers cet exercice d'autoréflexion, j'ai cherché à produire des scénarios qui ont abouti à l'organisation d'analyses visant des cadres corporels hétéronormatifs et des subversions performatives, qui ont contribué à des analyses sur les relations de pouvoir qui opèrent dans la matérialisation du corps, parfois à partir de la réitération, maintenant de la subversion normative.

Mots clés: Corps. Homosexualité. Genre. Sexualité.

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara que não existe nenhum conflito de interesses neste trabalho.

CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

Vitor Hugo Marani: Escrita e revisão do texto.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. O autor recebeu bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PDSE/CAPES).

ÉTICA DE PESQUISA

A pesquisa seguiu os protocolos vigentes nas Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Brasil e foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Maringá, número do protocolo 03782918.5.0000.0104.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Dra. Larissa Lara, pela orientação durante o doutorado, na Universidade Estadual de Maringá, e ao Prof. Dr. David Andrews, pela supervisão durante o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES), na Universidade de Maryland (EUA).

COMO REFERENCIAR

MARANI, Vitor Hugo. Dança, Educação Física e heteronormatividade: enquadramentos corporais e subversões performativas. **Movimento**, v. 28, p. e28079, jan./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.124843>

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

Alex Branco Fraga*, André Luiz dos Santos Silva*, Elisandro Schultz Wittizorecki*, Mauro Myskiw*, Raquel da Silveira*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasi